

Furtado critica texto sobre ordem econômica

Das Sucursais do Rio e de Brasília

O ministro da Cultura, Celso Furtado, 65, compareceu ontem à reunião da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, da qual é membro, para criticar as propostas aprovadas pelo comitê temático que debateu os assuntos da área econômica, e para discutir suas sugestões de modificação. Sua presença, anunciada na véspera, atraiu o maior quórum da Comissão na semana (36 dos 51 membros). Furtado chegou a apresentar suas propostas, mas, em consequência do veto de parte dos membros do comitê temático, não houve discussão, e as modificações não puderam ser votadas e incluídas no texto aprovado. Restou ao ministro a alternativa de voltar a apresentar as propostas, por escrito,

em reunião plenária da Comissão, em data ainda não definida.

Segundo Furtado, suas propostas foram elaboradas no sentido de "afirmar a redução das desigualdades regionais e sociais e o estímulo ao desenvolvimento como objetivos da ordenação da atividade econômica". O texto aprovado pelo comitê define como "princípios da ordem econômica a harmonia e a solidariedade entre as categorias sociais de produção". O ministro disse que a "solidariedade é um conceito corporativista. Ninguém pode impor constitucionalmente a solidariedade entre as categorias sociais".

Os membros do comitê dividiram-se sobre a possibilidade de discussão e inclusão das propostas de Furtado no texto aprovado. Os empresários Luis Eulalio de Bueno Vidigal Filho e

Sérgio Quintella e o professor Ney Prado defenderam a posição —afinal vitoriosa— de que o comitê já havia encerrado seu trabalho.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, José Francisco da Silva, o representante do Movimento Negro de São Paulo, Hélio Santos, e o diretor do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos (Dieese), Walter Barelli, queriam que o comitê discutisse e votasse ontem mesmo as propostas de Celso Furtado. O presidente da Comissão, Afonso Arinos de Melo Franco, 80, decidiu a questão. Furtado disse levará suas sugestões à plenária, pois "o texto do comitê é impreciso, e qualquer que entenda do 'métier' sabe que, assim, ele é inviável".